

ENGAJAMENTO DO PROFISSIONAL BIBLIOTECÁRIO NA BIBLIOTECA PÚBLICA SOB O VIÉS DA BIBLIOTECONOMIA SOCIAL, CRÍTICA E PROGRESSISTA

por uma *práxis* orientada ao enfrentamento da desigualdade social em consonância com a Agenda 2030

Jairo Santos¹

Universidade Federal do Espírito Santo
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano
jairo.santos@edu.ufes.br/jairo.santos@ifbaiano.edu.br

Lucileide Andrade de Lima do Nascimento²

Universidade Federal do Espírito Santo
lucileide.nascimento@ufes.br

Resumo

Destaca a importância da informação como ferramenta de combate à desigualdade no contexto brasileiro, bem como, a importância da atuação da classe bibliotecária na biblioteca pública na perspectiva de uma *práxis* profissional engajada, orientada ao enfrentamento das desigualdades sociais. A pesquisa exploratória, de base teórica é operacionalizada a partir de pesquisa bibliográfica, utiliza a Base de Dados em Ciência da Informação (Brapci), priorizando obras em português e espanhol, sendo utilizados os termos de busca: ‘Biblioteca Pública’ AND ‘Agenda 2030’; ‘Biblioteca Pública’ AND ‘Desenvolvimento Sustentável’; ‘Biblioteca Pública’ AND ‘Inclusão Social’; ‘Biblioteca Pública’ AND ‘Bibliotecário’ AND ‘Responsabilidade Social’, recuperando 404 artigos que, após seleção resultou na amostra de 10 artigos considerados pertinentes a discussão. Na perspectiva do viés social da *práxis* bibliotecária nas bibliotecas públicas, as produções bibliográficas recuperadas apontam ações que estão em consonância com os direcionamentos estabelecidos pela Agenda 2030, bem como, com a teoria defendida na Biblioteconomia Social, Crítica e Progressista. Aponta a informação como catapulta que pode impulsionar transformações sociais, pois a partir do acesso os cidadãos podem opor-se ao quadro, cobrar, questionar, buscar direitos, exercer na prática a cidadania. A biblioteca pública como porta de livre acesso à (in)formação por meio da *práxis* engajada do profissional bibliotecário em muito pode contribuir para mudanças no quadro da exclusão informacional, cumprindo com o seu papel social, bem como, com a responsabilidade socioinformacional perante os que realmente precisam, a ralé estrutural, o não-público, aqueles expostos a situações de vulnerabilidade social, que necessitam de suporte para mudar suas histórias de vida.

Palavras-chave: biblioteca pública; *práxis* bibliotecária; engajamento profissional; desigualdade social; Agenda 2030.

¹ Possui graduação em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Espírito Santo (2007) e Especialização em Planejamento e Gestão de Unidades de Informação pela Faculdade Saberes - Vitória (2016), Mestrando em Ciência da Informação (PPGCI-UFES - 2023). Atua nas áreas de Biblioteca Escolar, Universitária, Multinível, Especializada e Biblioteca Pública. Bibliotecário Documentalista do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano - IF Baiano - Campus Itapetinga - BA.

² Doutora em Ciência da Informação pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade de Brasília (PPGCINF/UnB). Mestre em Política Social pelo Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade Federal do Espírito Santo (PPGPS/UFES). Graduada em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Docente junto ao Departamento de Biblioteconomia da UFES e Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da UFES (PPGCI/UFES).



Esta obra está licenciada sob uma licença

Creative Commons Attribution 4.0 International (CC BY-NC-SA 4.0).

ENGAGEMENT OF THE PROFESSIONAL LIBRARIAN IN THE PUBLIC LIBRARY FROM THE PERSPECTIVE OF SOCIAL, CRITICAL AND PROGRESSIVE LIBRARIANSHIP

for a praxis oriented to confronting social inequality in line with the 2030 Agenda

Abstract

It highlights the importance of information as a tool to combat inequality in the Brazilian context, as well as the importance of the role of the librarian class in the public library from the perspective of an engaged professional praxis, oriented to confront social inequalities. The exploratory research, with a theoretical basis, is operationalized from bibliographic research, uses the Information Science Database (Brapi), prioritizing works in Portuguese and Spanish, using the search terms: 'Public Library' AND 'Agenda 2030'; 'Public Library' AND 'Sustainable Development'; 'Public Library' AND 'Social Inclusion'; 'Public Library' AND 'Librarian' AND 'Social Responsibility', recovering 404 articles that, after selection, resulted in a sample of 10 articles considered pertinent to the discussion. From the perspective of the social bias of library praxis in public libraries, the recovered bibliographic productions point to actions that are in line with the guidelines established by the 2030 Agenda, as well as with the theory defended in Social, Critical and Progressive Librarianship. It points to information as a catapult that can drive social transformations, because from access citizens can oppose the framework, demand, question, seek rights, exercise citizenship in practice. The public library as a door of free access to (in)information through the engaged praxis of the professional librarian can greatly contribute to changes in the framework of informational exclusion, fulfilling its social role, as well as with socio-informational responsibility towards those who really need it, the structural rabble, the non-public, those exposed to situations of social vulnerability, who need support to change their life stories.

Keywords: public library; library practice; professional engagement; social inequality; 2030 Agenda.

COMPROMISO PROFESIONAL DEL BIBLIOTECARIO EN LA BIBLIOTECA PÚBLICA DESDE LA PERSPECTIVA DE LA BIBLIOTECOLOGÍA SOCIAL, CRÍTICA Y PROGRESISTA

por una praxis orientada a enfrentar la desigualdad social en línea con la Agenda 2030

Resumen

Desde la observación del avance de las desigualdades sociales en el contexto brasileño y, creyendo en la Se destaca la importancia de la información como herramienta para combatir la desigualdad en el contexto brasileño, así como la importancia del papel de la clase bibliotecaria en la biblioteca pública desde la perspectiva de una praxis profesional comprometida, orientada a enfrentar las desigualdades sociales. La investigación exploratoria, con base teórica, se operacionaliza a partir de la investigación bibliográfica, utiliza la Base de Datos de Ciencias de la Información (Brapi), priorizando trabajos en portugués y español, utilizando los términos de búsqueda: 'Biblioteca Pública' Y 'Agenda 2030'; 'Biblioteca Pública' Y 'Desarrollo Sostenible'; 'Biblioteca Pública' E 'Inclusión Social'; 'Biblioteca Pública' Y 'Bibliotecario' Y 'Responsabilidad Social', recuperando 404 artículos que, tras la selección, dieron como resultado una muestra de 10 artículos considerados pertinentes para la discusión. Desde la perspectiva del sesgo social de la praxis bibliotecaria en las bibliotecas públicas, las producciones bibliográficas recuperadas apuntan a acciones que están en línea con los lineamientos establecidos por la Agenda 2030, así como con la teoría defendida en la Bibliotecología Social, Crítica y Progresista. Señala a la información como una catapulta que puede impulsar transformaciones sociales, porque desde el acceso los ciudadanos pueden oponerse al marco, exigir, cuestionar, buscar derechos, ejercer la ciudadanía en la práctica. La biblioteca pública como puerta de libre acceso a la (in)información a través de la praxis comprometida del bibliotecario profesional puede contribuir en gran medida a cambios en el marco de la exclusión informativa, cumpliendo su rol social, así como con responsabilidad socio-informacional hacia quienes realmente lo necesitan, la chusma estructural, los no públicos, los expuestos a situaciones de vulnerabilidad social, que necesitan apoyo para cambiar sus historias de vida.

Palabras clave: biblioteca pública; praxis bibliotecaria; compromiso profesional; desigualdad social; Agenda 2030.

1 INTRODUÇÃO

Fernandes (2021), em reportagem para a agência BBC Brasil destaca que o Brasil é um dos países mais desiguais do mundo. Aponta que quatro fatores contribuem para que o país figure nesta lista: 1º) Os 10% mais ricos no Brasil ganham quase 59% da renda nacional total; 2º) Os 50% mais pobres ganham 29 vezes menos do que os 10% mais ricos; 3º) A metade mais pobre no Brasil possui menos de 1% da riqueza do país; 4º) O 1% mais rico possui quase a metade da fortuna patrimonial brasileira. As afirmações da jornalista são embasadas em novo estudo lançado mundialmente em dezembro de 2021 pelo *World Inequality Lab* (Laboratório das Desigualdades Mundiais), que integra a Escola de Economia de Paris e é codirigido pelo economista francês Thomas Piketty, autor do *best seller* *O Capital no Século 21*, entre outros livros sobre o tema (Fernandes, 2021).

Diante desse contexto de desigualdades, levantamos uma questão problematizadora tratando da atuação da classe bibliotecária e dos modos como o profissional bibliotecário tem contribuído a partir de sua *práxis*³ para o enfrentamento das desigualdades sociais no âmbito da Biblioteca Pública (BP). Logo, o objetivo geral desse respectivo artigo é discutir o processo de engajamento do profissional bibliotecário no combate às desigualdades sociais a partir da sua principal ferramenta de trabalho, a informação, tendo como premissa a questão da responsabilidade socioinformacional⁴, norteados a partir da perspectiva da Biblioteconomia Social, Crítica e Progressista. São muitos os problemas sociais enfrentados pelo povo brasileiro, como o(a) bibliotecário(a) atuante na BP pode contribuir para enfrentar essas desigualdades?

Santos, Sousa e Almeida Júnior (2021, p. 349) ressaltam a importância do papel mediador da classe bibliotecária no contexto da informação quando essa classe compreende o seu lugar e por consequência “[...] atribui à mediação da informação uma convicção de agir no mundo [...]” compartilhando conhecimentos e saberes para empoderar e melhor compreender “[...] a história de vida do outro, reconhecer suas diferenças e respeitá-las” (Santos; Sousa;

³ Neste artigo o conceito de *práxis* foi tomado de Targino (1997) para referir-se às ações engendradas pelos profissionais de informação direcionadas ao crescimento e desenvolvimento humano, haja vista que o valor da *práxis* reside na sua função social.

⁴ A responsabilidade socioinformacional a qual nos referimos não apresenta um conceito sólido, junto à literatura da área, mas por hora, temos uma vasta discussão que nos possibilita refletir e construir um conceito acerca da responsabilidade socioinformacional a partir de Biblioteconomia Social, Biblioteconomia Nova e Biblioteconomia Crítica (Lobo; Valls, 2023); Biblioteconomia Social, Crítica e Progressista (Tanus; Silva, 2019); Bibliotecas e Justiça Social (Meneses-Tello, 2020); Responsabilidade social em biblioteconomia (Moraes, 2021), dentre outros autores que discorrem sobre a temática.

Almeida Júnior, 2021, p. 349). Complementando também discorrem sobre os efeitos da tomada de consciência das ações mediadoras que desenvolvem: a constituição de um ambiente acessível, confortável e que propicie pertencimento, diálogo e a produção de ações protagonistas pelos sujeitos (Santos; Sousa; Almeida Júnior, 2021).

O cunho humanístico da profissão precisa prevalecer e permear a *práxis*. O discurso de neutralidade na atuação da classe bibliotecária não pode se consolidar, principalmente no âmbito das BP dada a sua dimensão social e papel a cumprir junto à sociedade, pois, deve mobilizar ações fundamentadas no livre acesso, na disseminação equitativa de informação, na alfabetização crítica, respeitando a pluralidade cultural de seu público, na perspectiva de uma BP aberta e plural independente de quaisquer prerrogativas.

2 METODOLOGIA

Constituímos o percurso metodológico a partir de pesquisa exploratória operacionalizada por pesquisa bibliográfica. Gil (1999) considera que a pesquisa exploratória se aplica a processos de desenvolvimento, esclarecimento e modificação de conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores.

Para execução da pesquisa foram identificadas as obras que tratavam da temática junto à Base de Dados em Ciência da Informação (Brapci), no período compreendido de 2014 a 2024⁵. No que diz respeito à questão idiomática optou-se por obras escritas em português e espanhol. Utilizamos os seguintes termos de busca: ‘Biblioteca Pública’ AND ‘Agenda 2030’; ‘Biblioteca Pública’ AND ‘Desenvolvimento Sustentável’; ‘Biblioteca Pública’ AND ‘Inclusão Social’; ‘Biblioteca Pública’ AND ‘Bibliotecário’ AND ‘Responsabilidade Social’; ‘Responsabilidade Social’.

Alcancamos um montante de 458 trabalhos a partir dos termos utilizados. Pelo critério de pertinência aos objetivos estabelecidos para discussão, enveredou pelo campo da *práxis*, foi feita a análise efetiva 10 artigos que apontam a atuação da BP e do profissional bibliotecário em ações que contemplam o engajamento e enfrentamento às desigualdades, ampliamos a discussão acrescentado outras bibliografias pertinentes ao enriquecimento da discussão, justificando a citação de livros, bem como, de outros artigos.

⁵ Pesquisa realizada na Base da Brapci em 12/07/2024.

O viés social da discussão diante da temática biblioteca pública e atuação do profissional bibliotecário no enfrentamento às desigualdades sociais, nos levou a estabelecer o diálogo com Almeida Júnior (1997); Santos, Souza e Almeida Júnior (2021); Rabello e Almeida Júnior (2020); Souza (2011); Tanus (2021); Meneses-Tello (2020); Civallero (2013); Silva, Achilles e Sabbag (2022) e Achilles (2018). Estes autores refletiram sobre a importância da *práxis* engajada do profissional bibliotecário no âmbito das BP para o enfrentamento das desigualdades sociais.

3 A DESIGUALDADE SOCIAL E A EXCLUSÃO INFORMACIONAL

A música denominada Cidadão, eternizada na voz de Zé Ramalho, foi escrita por um nordestino, o poeta baiano Lúcio Barbosa em homenagem a um tio chamado Ulisses. Lançada na década de 1970, destaca a realidade do trabalhador nordestino no século XX, hoje em pleno século XXI, continua atual para análise do contexto da desigualdade social que há na sociedade contemporânea (Rosa, 2024). Apesar das lutas para construir e/ou movimentar uma nação nos diversos aspectos a partir da força do trabalho, tornaram-se excluídos das benesses.

As BP enquanto espaços de (in)formação⁶, devem atender todos(as), sem distinção de gênero, raça, credo religioso e condição social, independente da situação social. O não-público⁷ retratado por Rabello e Almeida Júnior (2020) é representado na canção pelo trabalhador que não tem acesso ao edifício que ajudou a construir. O acesso à cidadania, à informação e aos direitos constituídos, muitas vezes é negado. Em virtude das barreiras convencionadas no cotidiano, esses cidadãos acabam sendo inviabilizados.

Nos lugares onde o homem criou asas, nem todos podem entrar. Fato que sob uma dimensão ética não deveria ocorrer. Esses cidadãos invisíveis (não-públicos), são sujeitos esquecidos por quem deveria acolhê-los. No contexto em questão das BP, Souza (2011, p. 226) assinala que:

[...] numa sociedade de classe, marcada pelas desigualdades, instituições como as bibliotecas podem contribuir para ampliação do capital cultural das pessoas, como podem contribuir para mantê-las na condição de subalternidade, dada a iniquidade nas condições de acesso à informação e ao conhecimento.

⁶ A ênfase aqui dada a grafia (in)formação se dar no sentido de caracterizar a informação disseminada ao cidadão, bem como, a formação, permitindo-lhe questionar, buscar, transformar o ambiente no qual está inserido, permitindo o acesso a plena cidadania.

⁷ O entendimento de 'não-público' é controverso, todos que não utilizam os serviços e/ou não são alcançados por suas ações se enquadram na categoria. Neste artigo, consideramos como 'não-público' todos em situação de vulnerabilidade, minorias, subalternos, ou seja, aqueles que a partir do acesso à informação possam exercer e/ou buscar alternativas para a plena cidadania.

Responsabilidade socioinformacional e papel social estão imbricados na atuação da biblioteca. Ações de disseminação da informação de âmbito universalista refletem esse papel e respectiva responsabilidade dessas bibliotecas e de outras instituições orientadas à cultura e ao conhecimento.

Quem é este não-público para a BP? Trata-se, geralmente, do analfabeto, do morador de rua, da população periférica em situação de vulnerabilidade, a comunidade LGBTQIAPN+, os povos originários (indígenas), os negros, a classe trabalhadora e outros grupos à margem da sociedade, que não são contemplados nas ações das bibliotecas para que tenham acesso à informação. A que ponto as BP precisam evoluir para contemplar na sua pragmática de atuação a justiça social como um princípio balizador de ações? Medeiros e Presser (2020) destacam que:

O compromisso com a superação das diversas formas de exclusão social deve ser compartilhado por todos os indivíduos e instituições e, nesse contexto, parece claro que a ciência de modo geral, e mais especificamente cientistas e profissionais da informação não podem eximir-se de sua parcela de responsabilidade.

No contexto social do século XXI, a BP e a classe bibliotecária precisa posicionar-se e mobilizar-se para incluir também a ralé social⁸. Uma atuação que permita igualdade de acesso plural. Os profissionais bibliotecários atuantes nos espaços, sejam de BP, bibliotecas escolares, universitárias, multiníveis, precisam assumir as dimensões política e social do seu papel profissional. Conforme Santos, Duarte e Lima (2014, p. 43) apontam:

Os usuários informados e detentores de conhecimento poderão se posicionar criticamente frente às exclusões vividas e poderão desenvolver uma condição de autonomia, na medida em que serão agentes de transformação do espaço em que vivem, sentindo-se colaboradores ativos e integrantes do processo de desenvolvimento das atividades desse espaço.

Eis a (in)formação cumprindo o seu papel catalisador de transformação social. São muitos os desafios, a Agenda 2030 da Unesco direciona ações orientadas ao alcance dos 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) (Organização[...], 2015). A BP e o profissional bibliotecário em sua *práxis* talvez não deem conta de promover ações que contemplem os 17 objetivos, no entanto, a partir da realidade do entorno da comunidade na qual a biblioteca está inserida, seja possível eleger-se ações prioritárias para mitigação de necessidades mais latentes nessa comunidade e que impactem positivamente as transformações demandadas.

⁸ Ralé social sintetiza o não-público da BP que também se encontra socialmente à margem da sociedade. Trata-se de expressão forjada por Jessé Souza (2009) e citada metaforicamente por Rabello e Almeida Júnior (2020) no contexto da biblioteca pública e seus excluídos.

Como exemplo, citamos a questão da violência doméstica contra as mulheres. Algo presente quase todos os dias nos noticiários da TV, uma realidade que atinge as comunidades periféricas e mulheres em situação de vulnerabilidade social. A promoção de ações nesta perspectiva tem potencial para empoderar essas mulheres, para formalizar denúncias, para não aceitarem a situação e, objetivamente, estimular uma política de não silenciamento. A alegação que se tem para não realização de algumas atividades no contexto da BP é justificada pela falta de pessoal, de recursos financeiros, de estrutura física etc. No entanto, precisamos romper as barreiras, buscar parcerias com outras instituições (Delegacia da Mulher, Ministério Público, Centros de Referência em Assistência Social), sair da inércia e estender as ações para muito além dos muros da biblioteca.

Em consonância com as considerações acerca desta aproximação da práxis bibliotecária com as reais necessidades da sociedade, a priori dos subalternos, Pires (2014) destaca o papel transformador do bibliotecário como agente transformador social, a importância de sua práxis na disseminação da informação para a consolidação de uma sociedade.

4 A ATUAÇÃO DO(A) PROFISSIONAL BIBLIOTECÁRIO (A) NA BIBLIOTECA PÚBLICA SOB O VIÉS DA BIBLIOTECONOMIA SOCIAL, CRÍTICA E PROGRESSISTA

7

Discorrer sobre a dimensão social da *práxis* do(a) bibliotecário(a), sob a viés científico, não é algo tão simples de se fazer, haja vista os diversos fatores que interferem neste fazer cotidiano, dentre os quais pode-se destacar: a formação desse sujeito no percurso acadêmico, bem como, a capacitação contínua. A palavra de ordem no contexto das três dimensões explicitadas na Biblioteconomia Social, Crítica e Progressista é o rompimento, decorrente da inquietação com velhas *práxis* e conscientização quanto ao contribuir para o protagonismo do cidadão, enquanto construtor de sua história.

Na visão de Tanus (2021, p. 433) a *práxis* contemplando esse olhar (crítico, social e progressista) demonstra o enfrentamento contra uma parte da Biblioteconomia tecnicista, conservadora, elitista, preconceituosa, fechada em si mesma. Por ora, reverbera que as múltiplas Biblioteconomias têm em comum a construção dos espaços: da crítica, do diálogo, da reflexão, de novo *modus operandi* pautado nos direitos humanos, na justiça social, em valores éticos e sociais de uma sociedade democrática, trazendo à tona discussões ignoradas e silenciadas, tais como: classe, raça, gênero e sexualidade etc.

Sob um viés social, salienta a importância da biblioteca, o papel do bibliotecário no processo (social e ético) em contraposição à neutralidade e à imparcialidade, bem como do valor da informação como um bem público em oposição ao valor apenas como mercadoria e mero objeto de estudo e trabalho. Bem, dadas algumas considerações, o que se pode dizer quanto a Biblioteconomia Social? A Biblioteconomia Social deveria direcionar suas ações às reais necessidades das comunidades que circundam as unidades informacionais. Em um contexto mais amplo, contemplar ações direcionadas ao combate das desigualdades por meio da (in)formação, ou seja, promover a justiça social por meio do acesso à (in)formação. Meneses-Tello (2020, p. 54-55), assim expõe:

El desafío del racismo, el flagelo de la pobreza y los horrores de la violencia son algunos de los graves problemas que convocan a romper el silencio, a demoler la indiferencia, a vencer la indolencia, a derrotar la insensibilidad. En un mundo desigual, en una sociedad dispar, el tema de la justicia social permite acercarnos a identificar posibles mecanismos para atenuar esas desigualdades que ofenden la ética y lastiman la dignidad de la humanidad. Uno de esos modos de funcionamiento para atenuar la problemática que produce, en general, la desigualdad de oportunidades es la gama de sistemas de instituciones bibliotecarias al servicio del público.

De fato, entender a Biblioteconomia Social é atuar numa perspectiva direcionada a nortear a *práxis* de acordo com a realidade do contexto em que a unidade informacional está inserida, contribuir com mudanças significativas nesse quadro social de desigualdade. Tanus (2023, p. 4) estabelecendo um diálogo com Civallero (2013, p.156), ressalta que “[...] Biblioteconomia Social é uma abordagem de ação e reflexão, que requer afastamento das bases conservadoras e de discursos a favor da neutralidade, da impessoalidade, do conformismo”.

Para Civallero (2013), cabe ao profissional, questionar criticamente a realidade, revelar-se um sujeito consciente dos problemas da sociedade, numa perspectiva micro e macro, abrangendo questões como: violações de direitos humanos, esgotamento dos recursos naturais, racismo, etarismo, capacitismo, classismo, violência de gênero, desinformação, problemas locais, pobreza, analfabetismo, exclusão social, censura etc. A visão de Civallero (2013, p. 156) acerca do bibliotecário ser progressista tem a ver com “[...] el ejercicio comprometido de una profesión que debe participar en la construcción colectiva de alternativas y propuesta de cambio y justicia social”.

No que diz respeito a uma Biblioteconomia Progressista Civallero (2013, p. 157) destaca que “[...] puede definirse como una corriente de pensamiento y acción que reivindica una bibliotecología crítica y comprometida socialmente, tanto en la teoría como en la práctica”.

Em relação à Biblioteconomia Progressista, Almeida Júnior (2015, p. 138) destaca:

As defesas de uma Biblioteconomia progressista, contrapondo-se a uma visão conservadora da área, tiveram espaços e iniciaram a constituição de uma corrente teórica que se aproximava das ideias presentes nos Movimentos Organizados, da resistência, ou melhor, das resistências contra governos autoritários em vários países da América Latina, da Igreja Progressista, da Teologia da Libertação, entre outras. Era uma Biblioteconomia voltada para o povo, que buscava dar a voz, dar a palavra às classes populares, às classes trabalhadoras.

A Biblioteconomia Progressista atua para dar voz ao excluído, no entanto, para constituir-se como prática progressista demanda uma formação fundamentada em um currículo educacional progressista, ou seja, que toma por *práxis* a alfabetização informacional crítica ou a alfabetização crítica em informação, contrapondo o conservadorismo e fomentando o pensamento crítico em busca de uma sociedade mais justa, igualitária e democrática nos aspectos político e social, no campo da informação e da cultura, permeada pela *práxis* bibliotecária, entrelaçando as tecnologias de informação e de comunicação.

Moraes (2018) ao desvelar as nuances da Biblioteconomia Progressista, salienta a formação do(a) bibliotecário(a) a partir de bases conceituais que recebeu durante a formação para uma aplicação na *práxis*. Pode-se questionar se a formação bibliotecária prepara o futuro profissional para atuar numa dimensão social humanística e em consonância com o juramento da profissão que destaca o cunho liberal e humanista.

Pensando no contexto de contemporaneidade, ou seja, da sociedade em rede, das TIC's, da conectividade Lindemann, Spudeit e Corrêa (2016, p. 718-719) apontam a necessidade de se “[...] fazer valer o lado humanitário do exercício bibliotecário, oferecendo subsídios para que a liberdade da informação possa estar ao alcance de todos em uma sociedade cada vez mais digital [...]”, além de “[...] pensar também a Biblioteconomia Social no que diz respeito à vertente digital e tecnológica dos fluxos informacionais [...]”, um desafio a uma *práxis* engajada voltada às necessidades latentes da contemporaneidade.

4.1 PRÁXIS ENGAJADA DA CLASSE BIBLIOTECÁRIA

Qual a rota ou caminho de uma *práxis* engajada para o desenvolvimento de ações voltadas à responsabilidade socioinformacional contemplando um fazer social, crítico e progressista? Observa-se caminhos que perpassam a formação profissional do(a) bibliotecário(a) para uma sociedade livre, conforme argumentado por Souza (2001, p. 1) “[...] ser cidadão vivente em uma sociedade livre, implica poder ter nesta a formação de profissionais comprometidos com a construção permanente dessa sociedade e preparados para atuar no sentido de que essa sociedade fique cada vez mais livre”.

Presentemente, uma *práxis* engajada compreende o rompimento de paradigmas e posicionamentos quanto aos caminhos a serem percorridos. Em suma, direcionar o olhar para uma dimensão que rompa com privilégios de quem já os tem, e volte as ações para aqueles que sempre estiveram à margem do acesso. O direito à informação deve permitir o protagonismo desses sujeitos socialmente excluídos. Tanus (2021) ao discutir a institucionalização de uma Biblioteconomia Progressista e Crítica, reforça que o posicionamento político dos(as) bibliotecários(as) como sujeitos ativos, críticos, progressistas ou mesmo explicitamente de esquerda⁹ proporciona:

[...] uma agenda pautada pelos direitos humanos, por justiça (social, racial, gênero, epistêmica), e pelos valores democráticos, visando minimizar os danos causados pelas relações de poder (por exemplo, imperialismo, capitalismo, supremacia branca, patriarcado). O caminho de uma possível revolução cultural humana e emancipatória perpassa a educação, a informação, a cultura e, obviamente, as bibliotecas, que devem rever suas práticas, processos e teorias, que ainda servem, muitas vezes, para manter a ordem e um pensamento hegemônico e excludente (Tanus, 2021, p. 452).

A *práxis* engajada se concretizará na medida em que estabelecer conexões com a real necessidade da comunidade que circunda a BP por meio de ações efetivas e assertivas. Ladeira e Insfrán (2019, não paginado) em ensaio que discute a pedagogia engajada e a *práxis* da transformação do mundo na perspectiva de uma educação libertadora, destacam que:

[...] *práxis* é transformação, é uma postura diante da vida que nos tira do lugar de conforto e nos faz assumir a posição de protagonistas da História, de agentes de transformação da humanidade, convidando-nos a assumir a responsabilidade pela transformação da realidade, caracterizada pelas desigualdades sociais resultado de uma sociedade onde os interesses de classe são antagonicos e latentes.

As afirmativas são válidas também no que diz respeito à *práxis* do(a) bibliotecário(a), pois requer sair da zona de conforto, posicionar-se frente a múltiplos desafios e buscar alternativas para o combate às desigualdades sociais, tendo em vista, o dever de agentes de transformação a partir do acesso à (in)formação. Uma *práxis* engajada poderá trazer um maior reconhecimento da profissão. Almeida Júnior (1997, p. 91) aponta o problema da falta de reconhecimento da profissão ao mudar a análise para a ótica do cidadão ou da sociedade. Argumenta que a sociedade, de forma ampla, não percebe a utilidade social da profissão, afirmando que aos olhos da e perante a sociedade não somos socialmente úteis.

Almeida Júnior (1997) nos responsabiliza quanto à produção desta percepção, uma vez que não assumimos a consciência social e política do nosso papel frente aos que realmente necessitam da informação, conclui que pouco fazemos por essa população. Mas ao contrário

⁹ O contexto de esquerda aqui é entendido não no sentido partidário, mas como contrário ao sistema vigente, que por vezes oprime e não possibilita libertação e/ou mudanças.

atuamos com uma agenda de serviços orientados aos interesses de elites, uma minoria que se mantém no poder definindo a direção das políticas socioculturais: atuamos com alfabetizados e intelectuais. Recomenda que para atingir-se os necessitados de informação precisamos assumir uma nova postura enquanto profissionais e mesmo enquanto instituições, sair dos pedestais, ir até a população, trabalhar com e para a comunidade, sair de uma ação passiva para uma atitude proativa buscando mudar pensamentos e comportamentos por meio de ações efetivas promovidas a partir da (in)formação aos excluídos do acesso, a priori a ralé social expurgada pelas ações dirigidas às elites já privilegiadas nas ações da BP.

Precisamos de uma Biblioteconomia pautada em uma *práxis*, conforme propõe Almeida Júnior (1997, p.89-93), que faça a opção pelos pobres, que subverta a ordem das atuais prioridades, que procure e busque constantemente os interesses populares, que esteja voltada para os oprimidos. Uma *práxis* bibliotecária que em seu cerne assuma a responsabilidade socioinformacional em um sentido mais amplo, que os(as) bibliotecários(as) passem a se interessar mais pelo povo, pelos carentes de informação, não de forma assistencialista, mas como dever, obrigação social da profissão, conforme preceitos estabelecidos no juramento profissional.

Silva, Achilles e Sabbag (2022) apontam que a BP pode e deve fomentar ações para fortalecimento do social e de coletivos. Dentre as boas práticas, destaca-se o letramento informacional, que contribui para a formação de sujeitos/cidadãos mais conscientes quanto às dimensões políticas, econômicas, sociais e culturais. Afirmam que esta intervenção contribui de forma direta e efetiva para a construção do modo de vida e organização social dos partícipes.

Complementando, Achilles (2018) ressalta a importância da BP manter um relacionamento contínuo com a comunidade, na perspectiva de espaço de desenvolvimento social e emocional que proporciona aos usuários o oposto do que é disponibilizado pela sociedade de mercado, para que isso ocorra, sinaliza a necessidade de pensar a BP como lugar de experiências e, experiências envolvem pessoas, a comunidade do entorno, as reais necessidades informacionais dos sujeitos, para isso destaca que a BP precisa oferecer serviços que fogem ao senso comum, ao tradicionalismo que a caracteriza na contemporaneidade, propõe uma reinvenção da sua *práxis* pautada na dimensão social.

Mello, Martinez-Ávila, Araújo e Valentim (2020) discorrem que o foco da *práxis* bibliotecária deve ser sempre o usuário, suas expectativas, necessidades e demandas, e nunca a tecnologia ou os anseios pessoais do profissional, visando apenas os procedimentos que facilitem seu trabalho. Esses argumentos permitem inferir que a *práxis* engajada encontra-se entrelaçada por muitos fatores preponderantes, que sobretudo envolvem: a ética profissional, o

engajamento social e a busca contínua pelo aprimoramento da *práxis* para atender a quem de fato necessita de maior apoio para que consiga o acesso a plena cidadania.

Nasser (2022) destaca a partir de entrevistas, junto aos profissionais atuantes na BP Mário de Andrade e na Biblioteca de São Paulo, as especificidades do atendimento para pessoas em situação de rua, a questão do acolhimento, do abrigo e sobretudo de inclusão social, o que se enquadra na *práxis* engajada para promoção da cidadania e combate à desigualdade social. A realidade das BP brasileiras, segundo apontado pelo Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas (SNBP) é: desigual (quanto à estrutura e aos recursos), dependem de governos (municipal, estadual e federal), nem sempre atuam enquanto redes, ou de forma coordenada a partir de políticas e processos em comum. São muito assimétricas:

[...] embora em alguns municípios existam instalações de biblioteca muito bem-preparadas, com espaços e coleções adaptadas aos diferentes tipos de usuários, muitos outros municípios ou distritos carecem de biblioteca ou não possuem espaços que sejam suficientes para se tornarem um ponto de encontro para a comunidade, nem oferecem acervo e recursos informativos atualizados para atender às necessidades literárias e de informação da sociedade (Sistema [...], 2023, p. 12).

Os problemas em relação aos espaços das BP não são poucos, mas ainda assim, não podem justificar a não concretização de ações em favor principalmente dos menos favorecidos.

5 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Na perspectiva do viés social da *práxis* bibliotecária nas bibliotecas públicas, as produções bibliográficas recuperadas na Brapci, apontam para ações que estão em consonância com os direcionamentos estabelecidos pela Agenda 2030 (ONU, 2015), bem como, com a teoria defendida na Biblioteconomia Social, Biblioteconomia Crítica e Biblioteconomia Progressista. É possível apontar trabalhos que contemplam a *práxis* e a *Library Advocacy* na perspectiva da atuação de BP voltada às classes excluídas, cumprindo o seu papel para promover a plena cidadania.

Quadro 1 - Algumas Práxis das Bibliotecas Públicas e Bibliotecários para enfrentamento das desigualdades sociais.

Região	Autor	Ações
Nordeste	Costa, Luce e Bernardino (2019)	Analisam a Biblioteca digital de obras raras da BP Benedito Leite, seus recursos e contribuições para a disseminação das coleções especiais e cumprimento dos objetivos do desenvolvimento sustentável em São Luís - Maranhão, na ótica do Acesso aberto. Em suma afirmam que à medida que a BP Benedito Leite favorece o acesso universalizado as informações, esta contribui de forma equitativa a transformação social em diferentes dimensões na sociedade.

	Lima <i>et al.</i> (2019)	Destaca a implementação do Projeto além dos Livros na Biblioteca Pública Estadual Juarez da Gama Batista, na cidade de João Pessoa, e na Biblioteca Pública Municipal Aderbal Piragibe, na cidade de Cabedelo. Este projeto atende meninos e meninas com situação de vulnerabilidade social. Por intermédio da leitura e oficinas trabalha as questões chaves estabelecidas nos ODS. É a replicação de um projeto já consolidado na Espanha adaptado à realidade brasileira.
	Santos, Ribeiro e Sousa (2019)	Destacam os trabalhos de mediação da informação das Bibliotecas Públicas da cidade de Salvador a saber: Biblioteca Pública Anísio Teixeira; a Biblioteca Pública Juracy Magalhães Jr.; a Biblioteca Central do Estado da Bahia e a Biblioteca Pública Thales de Azevedo, voltados para o público da terceira idade, destacando atividades como: oficinas de artesanato, mediação da leitura, oficina de fotografia, oficina de informática etc.
Sudeste	Spudeit e Prado (2017)	Apresenta as ações realizadas pelas Bibliotecas Parque no Estado do Rio de Janeiro que contemplam os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, apontando as ações realizadas pelas: Biblioteca Parque Estadual, Biblioteca Parque Manguinhos, Biblioteca Parque Rocinha e Biblioteca Parque Niterói, destacando que as ações realizadas pelas mesma atendem principalmente os objetivos 1,2,3,4,9, demonstrando uma necessidade real de ampliação quanto a ações que atendam os demais objetivos, adequando a necessidade da realidade local.
	Mariano, Brandão e Santa Anna (2021)	Ressaltam que bibliotecas e bibliotecários em muito podem contribuir para a concretização da Agenda 2030, idealizando e/ou executando projetos que visem à ruptura das barreiras no acesso à informação. Apresentam o Projeto Sala Braille da BP de Lagoa Santa, Estado de Minas Gerais, que atende as pessoas com deficiência visual, com o propósito de resgatar/inserir essas pessoas no convívio social.
	Palhares e Santos (2022)	Destacam o trabalho da Biblioteca Cora Coralina (SP) sob a óptica de identificação e empoderamento da mulher negra. Apontam que ela atua no atendimento às ODS 5,10 e 16, da Agenda2030. Ressaltam a importância deste para as mulheres negras que a utilizam, destacando que as ferramentas de empoderamento acontecem por intermédio do acervo temático centrado na questão feminista e as atividades direcionadas a este público de mulheres negras.
	Motta, Silva e Lopes (2014)	Trata da questão da acessibilidade na Biblioteca São Paulo, aponta as ações realizadas para incluir o público de PCD, democratizando o acesso à informação.
Sul	Gasparini e Alcará (2023)	No âmbito do trabalho realizado sob a óptica da competência informacional, as autoras destacam as ações desenvolvidas pelo Sistema de Bibliotecas Públicas de Londrina, a saber: Literatura na biblioteca; Hora do conto; Oficinas diversas; mural de empregos; Rolê da justiça e Telecentro comunitário. Concluem que estas ações contribuem com o desenvolvimento da competência em informação, apoiando no atendimento dos ODS e na concretização de algumas de suas metas.
	Simões e Borges (2021)	Apontam ações realizadas pela BP Municipal Josué Guimarães (BPMJG) que podem contribuir para atingir os objetivos da Agenda 2030 (no período de 2016 a 2019), destacando que esta atende 12 dos 17 ODS propostos na Agenda, sendo: 01, 03, 04, 05, 06, 07,

		08,10, 11, 12, 16, 17. Destacam ações como: oficinas de artesanato; oficina de currículos; contação de histórias com temáticas relacionadas à saúde (inclusive em hospitais); Clube de Leitura Leia Mulheres, ou seja, um coletivo de ações que vão de encontro ao desenvolvimento sustentável conforme direciona a Agenda 2030.
	Lipinski, Paletta e Cavalcante (2022)	Destacam que a BP de Santa Catarina é Signatária do Movimento ODS, apresentam as ações realizadas pela mesma em 2019 e 2020, relatando ações como: oficinas de bordado e origami; feira de troca de livros; doação de livros; palestras com temáticas pertinentes aos ODS, Oficina de Arteterapia; Oficina de língua portuguesa e espanhola; Projeto Geladeira Literária etc.

Fonte: elaborado pelo autor (2024)

Por ora, não encontramos trabalhos escritos direcionados a *práxis* dos bibliotecários e BP da Região Norte e Centro-Oeste, ao nosso entender, não significa que não existam, mas uma demonstração da falta do amplo registro bibliográfico destas ações como forma de fortalecimento da BP, bem como, do trabalho desenvolvido pela classe bibliotecária na perspectiva da Responsabilidade Socioinformacional e enfrentamento às desigualdades sociais.

A consulta a partir do termo ‘Biblioteconomia Social’ nos remeteu mesmo limitando a pesquisa aos últimos 10 anos a um montante de 404 resultados (artigos e trabalhos), nos permitindo inferir que há uma relevância da temática por parte da classe bibliotecária no campo da pesquisa. A Biblioteconomia Social engloba no bojo a Biblioteconomia Progressista, a Biblioteconomia Crítica e/ou outras nomenclaturas que coadunam com o atuar no viés social na *práxis*, nos permitindo dialogar com Tanus e Silva (2019); Alencar e Olinto (2023); Tanus (2023); Tanus e Menezes-Tello (2023); Lobo e Valls (2023); Souza *et al.* (2017); Lindemann, Spudeit e Corrêa (2016), ou seja, com autores que defendem uma *práxis* profissional ancorada na visão humanística, que promova a igualdade social a partir do acesso à (in)formação que por sua vez, permeia o acesso à plena cidadania.

Dentre as análises no âmbito do papel social da BP, há de se destacar Bernardino (2019, 2021, 2022) tratando de questões como: identidade, empoderamento, territorialidade e sustentabilidade apontando possibilidades de atuação da biblioteca pública em consonância com a Agenda 2030. Reverbera que a participação política da biblioteca pública é primordial para a construção de estratégias de atuação e conseqüentemente, para o sentimento de um estado de pertencimento da comunidade para com a biblioteca.

Pereira *et al.* (2021) discorrem sobre as potencialidades da biblioteca pública no contexto da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas, destacando que as ações desenvolvidas nas BP são importantes para atender os ODS e, que as bibliotecas devem se envolver nesta campanha e divulgar suas ações e resultados de modo a inspirar novas ações.

Na visão de Silva e Achilles (2024) o acesso à informação é condição *sine qua non* para que a democracia seja consolidada, o que permite que os cidadãos sejam cada vez mais ativos na comunidade. Convergem aspectos inerentes às BP as duas primeiras leis de Ranganathan e traçam diálogos possíveis com os propósitos disseminados na Agenda 2030, a partir da realidade brasileira. Ressaltam a indispensabilidade da presença das leis de Ranganathan no fazer bibliotecário, destacam o protagonismo das bibliotecas públicas na promoção da Agenda 2030. Discorrem sobre a necessidade de investimentos para a popularização desta instituição no Brasil, como uma das formas de fortalecimento dos afazeres democrático no que tange o acesso à informação e o exercício da cidadania.

Ferreira e Siebra (2021) discutem a responsabilidade social do bibliotecário atuante na BP resgatando as dimensões ética, política, educacional e cultural contempladas nas atividades biblioteconômicas nas dimensões e ações. Logo, destacam que é notória a responsabilidade social do bibliotecário e, também da biblioteca pública enquanto espaço propício à promoção da leitura e da cidadania, ao incentivo da cultura, e à inclusão social e digital.

Por ora, todas as discussões realizadas ao longo dos textos lidos, nos remetem a Menezes-Tello (2020), que discorre sobre bibliotecas e justiça social, categoricamente aponta a necessidade do rompimento com a indiferença acerca das mazelas que assolam as classes menos favorecidas. O que nos direciona a necessidade de repensar essa práxis fundamentada nas diretrizes estabelecidas pela Agenda 2030, mas sobretudo, no olhar centrado na realidade dos subalternos que circundam a biblioteca, ou seja, atuar na perspectiva de promover o empoderamento, vislumbrando ações de enfrentamento às desigualdades sociais, corroborando para que cidadão exerçam e usufruam da cidadania plena conforme as garantias estabelecidas na constituição brasileira.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para Faleiros (2006, p. 4) a exclusão social compreende a “[...] negação da cidadania, da garantia e efetividade de direitos civis, políticos e sociais, ambientais e da equidade de gênero, raça, etnia e território.” Nesta perspectiva, a atuação bibliotecária nas BP deve contemplar ações que compreendam os aspectos pertinentes relacionados por Faleiros (2006).

Metaforicamente, as ações devem permitir que os excluídos criem asas para que possam alcançar novos voos rumo à plena cidadania que compreende o acesso: à educação; à moradia digna, à alimentação; à saúde, às novas tecnologias; ao emprego digno; ao lazer; à cultura; à

justiça social, à segurança, ao saneamento básico, ou seja, pré-requisitos que permitam viver de forma digna como cidadãos, conforme estabelece a constituição brasileira.

A Responsabilidade Socioinformacional no âmbito da *práxis* bibliotecária compreende a capacidade de atuar na perspectiva social, respeitando a pluralidade sociocultural da comunidade, da cidade, do território, implantando projetos e ações que atendam as reais necessidades da gente invisibilizada. Sim, a BP precisa atender a todos, mas por ora, dada a realidade social precisa posicionar-se politicamente em defesa dos menos favorecidos, dos vulneráveis socialmente.

A Biblioteca Pública no Brasil nasceu em Salvador em 1811, com o ideal de ser aberta a todos, hoje a atual Biblioteca Pública da Bahia (Lessa, 2021). As BP's, com mais de dois séculos de existência no Brasil, ainda que públicas, ainda não atingiram o papel de ser “porta de acesso aberta a todes”, continuam a manter o privilégio de quem já os tinha. Os bibliotecários que nelas atuam precisam ainda romper as barreiras da indiferença, fazer valer a dimensão humanística da profissão, esquecer a visão de imparcialidade da instituição e/ou profissional, e refundar uma *práxis* social progressista no sentido de ampliar ações que visem promover a emancipação do cidadão para o exercício da cidadania plena, fomentando ações em prol do fortalecimento social.

Problemáticas no contexto da BP que impedem uma atuação profissional existem, no entanto, é preciso superar a visão tecnicista, atuar numa dimensão social progressista para promover a justiça social, dando vez e voz aos excluídos e subalternizados.

Por conseguinte, não podemos deixar de coadunar com a visão de Alencar e Olinto (2023) que destacam a relevância da formação do bibliotecário, que deve ser voltada para as carências sociais dos ambientes em que atua, vislumbrando prepará-los para contribuir para a superação das desigualdades que caracterizam o país.

Por fim, reconhece-se a importância da informação como catapulta que pode impulsionar transformações sociais. Que os cidadãos a partir do acesso possam se opor-se ao quadro, cobrar, questionar, buscar direitos, exercer na prática a cidadania. A biblioteca pública como porta de livre acesso à (in)formação por meio da *práxis* engajada do profissional bibliotecário em muito pode contribuir para mudanças no quadro da exclusão informacional, cumprindo com o seu papel social, bem como, com a responsabilidade socioinformacional perante aos que realmente precisam, a ralé estrutural, o não-público, aqueles expostos a situações de vulnerabilidade social, a gente invisível aos olhos da sociedade, que necessitam de suporte para mudar suas histórias de vida.

REFERÊNCIAS

ACHILLES, Daniele. **Bibliotecas públicas brasileiras**: sob a perspectiva da memória e experiência. 2018. 282 f. Tese (Doutorado em Memória Social)- Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <http://hdl.handle.net/unirio/11576>. Acesso em: 26 set. 2024.

ALENCAR, Maria da Gloria; OLINTO, Gilda. Biblioteconomia Social na formação do bibliotecário: reflexões e análise de projetos pedagógicos no Brasil. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 28, n. Fluxo Contínuo, jun. 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/pci/article/view/43260>. Acesso em: 26 ago. 2024.

ALMEIDA JÚNIOR, O. F. de. Conservadorismo e revolução (ou reformismo) na Biblioteconomia e na Ciência da Informação. **Divers@: Revista Eletrônica Interdisciplinar**, Matinhos, v. 8, n. 2, p. 132-144, jul./dez. 2015. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/diver/article/view/45052>. Acesso em: 20 jun. 2023.

ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. **Sociedade e Biblioteconomia**. São Paulo: Polis, 1997. 129 p.

BERNARDINO, Maria Cleide Rodrigues. A biblioteca pública e a Agenda 2030: políticas e estratégias de empoderamento local. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 21., 2021, Rio de Janeiro, RJ. **Anais [...]**. Rio de Janeiro, 2019 Disponível em: <https://cip.brapci.inf.br/download/193467>. Acesso em: 25 ago. 2024.

BERNARDINO, Maria Cleide Rodrigues. Biblioteca pública e empoderamento: análise da política de atuação local. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 20., 2019, Florianópolis, SC. **Anais [...]**. Florianópolis, 2019. Disponível em: <https://cip.brapci.inf.br/download/124088>. Acesso em: 25 ago. 2024.

BERNARDINO, Maria Cleide Rodrigues. Biblioteca pública e sua atuação na sociedade. **Revista Fontes Documentais**, Aracaju, v. 5, n. 1, jan./abr. 2022. Disponível em: <https://cip.brapci.inf.br/download/197690>. Acesso em: 10 out. 2023.

CIVALLERO, Edgardo. Aproximación a la bibliotecología-a progresista. **Profesional de la información**, [S. l.], v. 22, n. 2, p. 155–162, jan. 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.3145/epi.2013.mar.10>. Acesso em: 26 ago. 2024.

COSTA, Maurício José Morais; LUCE, Bruno Fortes; BERNARDINO, Maria Cleide Rodrigues. A biblioteca pública benedito leite, a divulgação dos serviços de informação e as perspectivas de apropriação do patrimônio cultural em São Luís, Maranhão, Brazil. **Páginas a&b: arquivos e bibliotecas**, [S. l.], v. 3, n. 20, p. 253–268, dez. 2023. Disponível em: <https://ojs.letras.up.pt/index.php/paginasueb/article/view/13464>. Acesso em: 27 set. 2024.

FALEIROS, Vicente de Paula. Inclusão Social e Cidadania. In: INTERNATIONAL CONFERENCE ON SOCIAL WELFARE, 32., Brasília, DF. **Anais[...]**. Brasília: ICSW, 2006. Disponível em: https://www.icsw.org/images/docs/Events/2006_Brazil/17_07_PDF/vicente_faleiros.pdf. Acesso em: 12 maio 2019.

FERNANDES, Daniela. 4 dados que mostram por que o Brasil é um dos países mais desiguais do mundo, segundo relatório. **BBC Brasil**, set. 2021. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-59557761>. Acesso em: 13 ago. 2023.

FERREIRA, Fernanda Bernardo; SIEBRA, Sandra de Albuquerque. A responsabilidade social dos bibliotecários em bibliotecas públicas: dimensões e ações. **RDBCI: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, v. 19, n. 00, set. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.20396/rdbci.v20i00.8665764>. Acesso em: 12 maio 2024.

GASPARINI, Zoraide Aparecida; ALCARÁ, Adriana Rosecler. Ações para o desenvolvimento da competência em informação e da agenda 2030 no âmbito do sistema de bibliotecas públicas de londrina. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIENCIA DA INFORMAÇÃO, 23., 2023, Aracaju, SE. **Anais [...]**. Aracaju: ANCIB, 2023. Disponível em: <https://enancib.ancib.org/index.php/enancib/xxxiiienancib/paper/viewFile/1294/1363>. Acesso em: 26 set. 2024.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

LADEIRA, Thalles Azevedo; INSRÁN, Fernanda Fochi Nogueira. A pedagogia engajada e a práxis da transformação do mundo – um ensaio sobre a educação libertadora. **Revista Educação Pública**, v. 19, n. 22, set. 2019. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/19/23/a-pedagogia-engajada-e-a-praxis-da-transformacao-do-mundo-r-um-ensaio-sobre-a-educacao-libertadora>. Acesso em: 20 ago. 2023.

LESSA, Bruna. Biblioteca Pública do conceito às políticas públicas. In: LESSA, Bruna, LINS, Ivana. (Orgs). **Para que serve a Biblioteca Pública?:** novas configurações para o século XXI. Salvador: Edufba, 2021. Cap. 1, p. 15-43. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/34498>. Acesso em: 26 set. 2024.

LIMA, Izabel França de; *et al.*. Além dos livros: a biblioteca pública enquanto espaço de inclusão, ação e interação. **Inclusão Social**, [S. l.], v. 13, n. 1, jan. 2020. Disponível em: <https://revista.ibict.br/inclusao/article/view/5074>. Acesso em: 26 set. 2024.

LINDEMANN, Catia; SPUDEIT, Daniela; CORRÊA, Elisa Cristina Delfini. Por uma Biblioteconomia mais social: interfaces e perspectivas. **Revista ACB**, [S. l.], v. 21, n. 3, p. 707–723, dez. 2016. Disponível em: <https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/1211>. Acesso em: 26 ago. 2024.

LIPINSKI, Barbara; PALETTA, Francisco Carlos; CAVALCANTE, Luciane de Fátima Beckman. Centros culturais como agentes de transformação social a partir da informação e do conhecimento: um levantamento das ações da biblioteca pública de Santa Catarina. **Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia**, [S. l.], v. 17, n. 2, p. 067–081, mai. 2022. Disponível em: <https://www.pbcib.com/index.php/pbcib/article/view/61273>. Acesso em: 26 set. 2024.

LOBO, Marcelo de Souza; VALLS, Valéria Martin. Biblioteconomia Social nas produções científicas nacionais: uma abordagem na indexação com a utilização dos termos Biblioteconomia Progressista e Nova Biblioteconomia. **Revista ACB**, [S. l.], v. 27, n. 3, p. 1–

29, jan. 2023. Disponível em: <https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/1876>. Acesso em: 26 set. 2024.

MARIANO, Paula Renata; BRANDÃO, Tatiana Soares; SANTA ANNA, Jorge. Biblioteca Pública de Lagoa Santa e a Agenda 2030: o Projeto Sala Braille como uma iniciativa de inclusão. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 17, p. 1–28, mar. 2021. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/1421>. Acesso em: 26 set. 2024.

MEDEIROS, Felipe Gabriel Gomes; PRESSER, Nadi Helena. Informação e inclusão social: perspectivas possíveis. **Ciência da Informação em Revista**, [S. l.], v. 7, n. 1, p. 19-33, mai. 2020. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/cir/article/view/9282>. Acesso em: 26 ago. 2024.

MELLO, Mariana Rodrigues Gomes de; MARTÍNEZ-ÁVILA, Daniel; ARAÚJO, Leda Maria; VALENTIM, Marta Lígia Pomim. Entre técnica e reflexão: um estudo da função social das bibliotecas públicas a partir da Teoria Crítica. **Informação & Informação**, Londrina, v. 25, n. 4, p. 377-401, dez. 2020. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/38354>. Acesso em: 9 jan. 2024.

MENESES-TELLO, Felipe; TANUS, Gabrielle Francinne de Souza Carvalho. Biblioteconomia social e práticas sociais em bibliotecas e salas de aula: entrevista com o bibliotecário e professor Felipe Meneses-Tello. **Revista Informação na Sociedade Contemporânea**, Natal (RN), v. 7, n. 1, p. 1-15, nov. 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.21680/2447-0198.2023v7n1ID34238>. Acesso em: 26 set. 2024.

MENEZES-TELLO, Felipe. Bibliotecas y justicia social: el paradigma político-social de la Biblioteca Inclusiva y la Biblioteca Incluyente **Folha de Rosto**, Juazeiro do Norte, v. 6, n. 3, p. 54-77, set./dez. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufca.edu.br/ojs/index.php/folhaderosto/article/view/634>. Acesso em: 23 ago. 2024.

MORAES, Marielle Barros. Biblioteconomia progressista: elementos para repensar a formação. **Revista Folha de Rosto**, Juazeiro do Norte, v. 4, n. especial, p. 5-14, 2018. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/119234>. Acesso em: 18 set. 2023.

MORAES, Marielle Barros. Responsabilidade social em biblioteconomia: caminhos históricos e possibilidades no ensino. **Informação & Informação**, Londrina, v. 26, n. 1, p. 112–135, mar. 2021. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/39927>. Acesso em: 26 set. 2024.

MOTTA, Sueli Regina Marcondes, SILVA, Luciana Marques da, LOPES, Karina. Acessibilidade na Biblioteca de São Paulo. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 10, num. esp., p. 1-12, abr. 2014. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/338>. Acesso em: 26 set. 2024.

NASSER, Luiza Arantes. Lugar para estar: a frequência de pessoas em situação de rua na biblioteca pública. **TRAVESSIA - revista do migrante**, [S. l.], n. 93, abr. 2022. Disponível em: <https://revistatravessia.com.br/travessia/article/view/1043>. Acesso em: 12 maio 2024.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS BRASIL (ONU/BR). **Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. [S. l.]: ONU, 2015. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/91863-agenda-2030-para-o-desenvolvimento-sustent%C3%A1vel>. Acesso em: 26 set. 2024.

PALHARES, Maria Cristina; SANTOS, Luana Helena dos. A biblioteca pública Cora Coralina como espaço para o empoderamento da mulher negra em atendimento às ODS 5, 10 e 16. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 18, p. 1–17, mai. 2022. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/1581>. Acesso em: 27 set. 2024.

PEREIRA, Ana Paula; FERNANDES, Odília Barbosa Ribeiro; GASPARINI, Zoraide Aparecida; PALETTA, Francisco Carlos. Biblioteca pública como dispositivo de transformação social e a agenda 2030. **Brazilian Journal of Information Science**, [S. l.], v. 15, n. contínuo, 2021. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/222650>. Acesso em: 28-nov.-2023.

PIRES, Erik André de Nazaré. O bibliotecário como agente transformador social: sua importância para o desenvolvimento da sociedade informacional através da disseminação da informação. **Múltiplos Olhares em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 3, n. 2, out. 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/moci/article/view/17437>. Acesso em: 26 set. 2024.

RABELLO, Rodrigo; ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. Usuário de informação e ralé estrutural como não-público: reflexões sobre desigualdade e invisibilidade social em unidades de informação. **Informação & Sociedade**, João Pessoa, v. 30, n. 4, p. 1–24, dez. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/ies/article/view/57350>. Acesso em: 26 set. 2024.

ROSA, Bruno Emanuel dos Santos. Relatório histórico do trabalhador nordestino no século XX: análise da letra da canção Cidadão do compositor Lúcio Barbosa. **Lampiar**, Mossoró, v. 3, n. 1, fev. 2024. Disponível em: <https://periodicos.apps.uern.br/index.php/LAMP/article/view/5868/4147>. Acesso em: 11 maio 2024.

SANTOS, Raquel do Rosário; DUARTE, Emeide Nóbrega; LIMA, Izabel França de. O papel do bibliotecário como mediador da informação no processo de inclusão social e digital. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 10, n. 1, p. 36-53, jan./jun. 2014. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/279/289>. Acesso em: 21 abr. 2023.

SANTOS, Raquel do Rosário; SOUSA, Ana Claudia Medeiros de; ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. Os valores pragmático, afetivo e simbólico no processo de mediação consciente da informação. **Informação & Informação**, Londrina, v. 26, n. 1, p. 343-362, fev. 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/35431> Acesso em: 14 set. 2022.

SANTOS, Raquel do Rosário; SOUSA, Ana Claudia Medeiros de; RIBEIRO, Iveth da Costa. A biblioteca pública como ambiente de mediação da informação para o usuário da terceira idade. **Informação & Informação**, Londrina, v. 24, n. 1, p. 442-457, jan./abr. 2019.

SILVA, Renata Oliveira da; ACHILLES, Daniele; SABBAG, Deise Maria Antonio. Biblioteca pública e o lugar de si e do outro: lugar antropológico ou não-lugar? **Palavra clave**, [S. l.], vol. 11, n. 2, p. 1-10, abr./set. 2022. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/3505/350570061010/350570061010.pdf>. Acesso em: 20 set. 2023.

SILVA, Renata Oliveira da; ACHILLES, Daniele. Bibliotecas públicas, Ranganathan e Agenda 2030: diálogos possíveis. **Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação**, [S. l.], v. 17, n. 2, p. 249–265, jul. 2024. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/RICI/article/view/53676>. Acesso em: 25 ago. 2024.

SIMÕES, Fabiane; BORGES, Jussara. A biblioteca pública como viabilizadora da Agenda 2030 da ONU. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 17, p. 1–23, nov. 2021. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/1456>. Acesso em: 25 ago. 2024.

SISTEMA NACIONAL DE BIBLIOTECAS PÚBLICAS (Brasil). **Estudo do valor social das bibliotecas públicas no Brasil - 2022**. Brasília: Ministério da Cultura, 2023. 221 p. Disponível em: http://snbp.cultura.gov.br/wp-content/uploads/sites/44/2024/01/Estudo-de-Valor_divulga%C3%A7%C3%A3o.pdf. Acesso em: 14 maio 2024.

SOUZA, A. B. de; MONTEIRO JUNIOR, H.; ALCOFORADO, L. R. G.; GOMES, M. J. Biblioteconomia Social: Parceria entre a Biblioteca Pública e o Grupo de Escoteiros Chico Science (PE). **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, [S. l.], v. 13, p. 1850–1862, 2017. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/903>. Acesso em: 1 out. 2024.

SOUZA, Elisabete Gonçalves. Sociedade da informação e reestruturação produtiva: crítica à dimensão utilitarista do conhecimento. **Transinformação**, Campinas, v. 23, n. 3, p. 219-226, set./dez. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tinf/a/k784btHyzYSMr5Y5L8gLcSy/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 mar. 2024.

SOUZA, Francisco das Chagas de. Formação de bibliotecários para uma sociedade livre. **Encontros Bibli**: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação, Florianópolis, v. 6, n. 11, p. 39–51, jan. 2001. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2001v6n11p39>. Acesso em: 14 mar. 2024.

SPUDEIT, Daniela; PRADO, Jorge Moisés Kroll do. Bibliotecas Parque e a Agenda 2030: análise das atividades no Rio de Janeiro. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 13, p. 138–152, dez. 2017. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/835>. Acesso em: 26 ago. 2024.

TANUS, Gabrielle Francinne de Souza Carvalho; SILVA, Daniela Cândido da. Biblioteconomia social, crítica e progressista: mapeamento da produção científica nacional e internacional. **Revista Informação na Sociedade Contemporânea**, [S. l.], v. 3, p. 1–28, jun. 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/informacao/article/view/18371>. Acesso em: 26 set. 2024.

TANUS, Gabrielle Francinne de Souza Carvalho. Biblioteconomia Social: uma virada social. **Ciência da Informação Express**, [S. l.], v. 4, p. 1–6, 2023. Disponível em: <https://cienciadainformacaoexpress.ufla.br/index.php/revista/article/view/101>. Acesso em: 26 set. 2024.

TANUS, Gabrielle Francinne de Souza Carvalho. Institucionalização da Biblioteconomia Progressista e Crítica. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 28, n. 1, p. 432–457, jan./mar. 2021. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/109063>. Acesso em: 26 ago. 2024.

TARGINO, Maria das Graças. Práxis bibliotecária. **Informação & Sociedade**, João Pessoa, v. 7, n.1, p. 26-33, jan./dez. 1997. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/352/1599>. Acesso em: 12 jun. 2024.